



**CENTRO UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO
INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTÃO E MARKETING
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

JAINY SOARES DE NERES
JOSÉ JONAS DA SILVA TENORIO CARVALHO
THIAGO FELIPE DOS SANTOS

**HISTÓRIA E REFLEXÃO DA INSERÇÃO DAS PRÁTICAS
ESPORTIVAS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

**RECIFE
2024**

**JAINY SOARES DE NERES
JOSÉ JONAS DA SILVA TENORIO CARVALHO
THIAGO FELIPE DOS SANTOS**

**HISTÓRIA E REFLEXÃO DA INSERÇÃO DAS PRÁTICAS
ESPORTIVAS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

Projeto apresentado a disciplina (nome da disciplina), como requisito final à obtenção de nota da unidade, ministrado pelo professor Juan Carlos Freire.

**RECIFE
2024**

Ficha catalográfica elaborada pela
bibliotecária: Laís Cardoso, CRB-4/PE-1753/P.

N444h Neres, Jainy Soares de.

História e reflexão da inserção das práticas esportivas nas aulas de educação física / Jainy Soares de Neres, José Jonas da Silva Tenorio Carvalho, Thiago Felipe dos Santos. - Recife: Edição do Autor, 2024.

25 p. : il. color.

Orientador(a): Me. Juan Carlos Freire.

Trabalho de Conclusão de Curso - Centro Universitário Brasileiro – Unibra. Licenciatura em Educação Física, 2024.

Inclui Referências.

1. Práticas esportivas. 2. Educação física. 3. Educação básica. I. Carvalho, José Jonas da Silva Tenorio. II. Santos, Thiago Felipe dos. III. Centro Universitário Brasileiro - UNIBRA. IV. Título.

CDU: 796

RESUMO

Com o passar das épocas a práticas esportivas foram sendo implementadas, como forma de prática para a saúde e meio de lazer, com sua inserção nas aulas de educação física. Contudo, o processo que ainda está em evolução para a sua melhoria. Visto isto, o trabalho traz em seu contexto o início das práticas e como ela foi introduzida no Brasil até os dias de hoje. A BNCC norteia as competências e habilidades essenciais que os alunos devem desenvolver na educação básica, por isso é recomendado por profissionais da área de saúde a sua prática, a fim de auxiliar em uma melhor qualidade de vida, e proporcionar a todos que necessitam de sua prática uma melhor saúde.

Palavras-Chave: Práticas Esportivas; Educação Física; Educação Básica.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	05
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	07
2.1 Gregos.....	07
2.2 Romanos.....	08
2.3 Idade Média.....	09
2.4 História Da Educação Física Escolar Brasileira.....	10
2.4.1 Brasil império, de 1822 a 1889.....	10
2.4.2. 1ª República (1889-1930).....	11
2.4.3 2ª República (a partir de 1930).....	11
2.4.4 Regime Militar.....	12
3. DELINEAMENTO METODOLÓGICO.....	14
4. RESULTADOS	16
4.1 Discussões.....	22
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	26

1. INTRODUÇÃO

É datado que desde os primórdios até os dias de hoje vivemos em constante evolução, perpassando em meio das sociedades até atingir o atual processo cultural onde um dos principais modos de vida é busca pela sobrevivência. Onde os nossos primeiros relatos vieram da era pré-histórica, onde para todas as atividades humanas era necessário o ato físico. Dito isso, Oliveira (1987) analisou a cultura primitiva e chegou à conclusão de que, qualquer atividade física feita pelos homens das cavernas, são de tamanha importância para nossa evolução.

Ao passar das eras com construções das civilizações e o deixando a era primitiva, os povos que evoluíram até chegar na grande civilização grega, que deu o primeiro formato para utilização do corpo para além da sobrevivência. Nos trouxe como ato utilizar as atividades além da caça e guerras, também veio os jogos, onde eram disputadas atividades para cultivar o militarismo e cavalheiros (SANTOS, 2021).

Segundo Tubino (1992) diz que “o esporte exerceu uma grande influência no homem grego, que juntamente com as letras e a música, formam os três pilares da cultura grega.” Junto a isso sabemos da importância da criação da educação física, que vem sendo projetada na educação desde os primórdios da sociedade tendo em vista o principal foco o desenvolvimento do corpo e mente. Contudo esse direcionamento ao esporte é dado por dois motivos: um pelo fato de conflitos que havia com bastante constância, em forma de melhorar o seu desempenho em batalhas; e o segundo traz a ideia da educação integrada a “Paideia”, que era apenas consolidada com a educação física.

A Educação Física é o componente curricular que tematiza as práticas corporais em suas diversas formas de codificação e significação social, entendidas como manifestações das possibilidades expressivas dos sujeitos, produzidas por diversos grupos sociais no decorrer da história. Nessa concepção, o movimento humano está sempre inserido no âmbito da cultura e não se limita a um deslocamento espaço-temporal de um segmento corporal ou de um corpo todo.

Há três elementos fundamentais comuns às práticas corporais: movimento corporal como elemento essencial; organização interna (de maior ou menor grau), pautada por uma lógica específica; e produto cultural vinculado com o lazer/entretenimento e/ ou o cuidado com o corpo e a saúde. Na BNCC, cada uma

das práticas corporais tematizadas compõe seis (Brincadeiras e jogos, Danças e Lutas estão organizadas em objetos de conhecimento conforme a ocorrência social dessas práticas corporais, das esferas sociais mais familiares (localidade e região) às menos familiares (esferas nacional e mundial). Em Ginásticas, a organização dos objetos de conhecimento se dá com base na diversidade dessas práticas e nas suas características. Em Esportes, a abordagem recai sobre a sua tipologia (modelo de classificação), enquanto Práticas corporais de aventura se estrutura nas vertentes urbana e na natureza) unidades temáticas abordadas ao longo do Ensino Fundamental. As práticas corporais abordadas na BNCC ao longo do Ensino Fundamental nos convida a pensar sobre a importância de promover a educação física de forma integral, que considere não apenas aspectos físicos, mas também sociais, emocionais e cognitivos dos alunos e ao tematizar atividades físicas que envolvem o corpo em movimento, como dança, ginástica, lutas, esportes e jogos, a BNCC reconhece a importância de proporcionar experiências diversificadas e significativas que contribuam para o desenvolvimento integral dos alunos.(BRASIL; BNCC, p. 213, 214, 219).

Com base nesses marcos constitucionais, a LDB, no Inciso IV de seu Artigo 9º, afirma que cabe à União:

“...estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum”. (BRASIL, 1996; BNCC, p.10).

Com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que estabelece as competências e habilidades essenciais que os alunos devem desenvolver ao longo da educação básica, as práticas esportivas são valorizadas como parte importante do currículo escolar. Ao inserir as práticas esportivas nas aulas de Educação Física, os professores têm a oportunidade de trabalhar não apenas as habilidades motoras, sociais, cognitivas e emocionais dos alunos, mas também questões como a cooperação, o trabalho em equipe, o respeito às regras e o desenvolvimento da autoconfiança e da disciplina. Além disso, as práticas esportivas também contribuem para a promoção da saúde, prevenção de doenças e melhoria da qualidade de vida dos alunos. (BRASIL; BNCC, p. 07, 08, 09).

Para Duarte e Souza (2019) o esporte utiliza o corpo em movimento na execução da prática dele, em suas variações de acordo com a modalidade, sendo ou

não de rendimento, com suas diferentes finalidades. Sendo assim a educação física usa os esportes, principalmente as modalidades coletivas, como meio de inserção, tendo o objetivo caráter, respeito e a saúde.

Tem como foco trazer as práticas esportivas como meio de nortear as aulas de Educação Física, para o melhor desempenho no desenvolvimento dos alunos na formação básica. Com isso é fundamental frisar que a Educação Física tem como maior competência enriquecer as experiências para crianças, adolescentes e adultos. Permitindo fornecer um vasto conteúdo cultural, que vai além da vivência da educação básica. (BRASIL; BNCC, p. 213)

O principal objetivo é correlacionar a historicidade dos fatos da humanidade com a cultura que perpassa o tempo e a forma como se foi inserida as práticas esportivas na vida e no cotidiano e entender como e por que as práticas esportivas foram incorporadas nas aulas de Educação Física ao longo da história nos permitindo compreender melhor a forma como a disciplina se estruturou e se desenvolveu ao longo dos anos. Isso nos ajuda a analisar criticamente a história e trazendo de forma expressiva a PNE, LDB e a BNCC como ferramentas educacionais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Gregos

Para Teixeira (1994), A Grécia Antiga tinha o mérito de não separar o físico do intelecto. Os atletas eram considerados exemplos a serem seguidos pelas pessoas e a preparação física fazia parte da educação dos jovens.

Os exercícios físicos praticados pelos gregos tinham um caráter natural, refletindo sobre os usos de corpos, e esse modo de vida grego inaugurou a história da educação física, bem como de práticas atléticas competitivas. Segundo Tubino (2010), é possível dizer que os jogos gregos representaram os primeiros fatos esportivos; as práticas anteriores podem ser caracterizadas com pré-esportivas. Os gregos, pela harmonia de suas linhas, proporção de seus segmentos e delicadeza de semblante, inteligência, coragem e cultura, foram considerados o protótipo da beleza humana. Os espartanos eram rudes, fortes, enérgicos, belicosos, colocando o amor a

Pátria acima de tudo, por isso a educação espartana visava a formar soldados eficientes e prontos a morrer pela Pátria. A Educação consistia quase que exclusivamente na Educação Física, os jovens recebiam apenas alguns rudimentos de aritmética, leitura e poesia. As meninas também recebiam uma educação física intensa e, para escândalo dos demais gregos, participavam dos jogos públicos; corriam, manejavam o arco e a flecha, dirigiam um carro de guerra e lutavam como qualquer homem, tinham obrigação de manter-se belas, fortes e saudáveis a fim de que aos 20 anos fossem desposadas e pudessem gerar filhos saudáveis. Eram educadas a colocar o amor a Pátria acima do amor maternal.

Os gregos possuíam excelentes locais para as práticas de lutas e desportivas:

- **Estádio**

Local onde se realizavam as corridas de velocidade e resistência. Ficava na planície junto ou entre morros nos quais construía-se arquibancadas. No estádio realizavam-se as corridas, lutas saltos e arremessos.

- **Palestra - (palé = luta)**

Recinto destinado às lutas. Além do local das lutas havia vestiários, salas de ginástica, banheiros frios e quentes, salas de reuniões e salas de massagens.

- **Hipódromo**

Local destinado às corridas a cavalo e de carro.

- **Ginásio**

Local destinado à prática da ginástica e dos jogos, englobando às vezes também à educação intelectual. Com o tempo, o ginásio passou a constituir um conjunto desportivo completo (hoje, nós usamos a palavra “estádio” para designar o conjunto desportivo) (MOREIRA,2008; GUTIERREZ, 1972).

2.2 Romanos

A educação física tinha, portanto, um caráter eminentemente militar. Os romanos de todas as idades praticavam diariamente a educação física no campo de Marte, situado às margens do Tibre. Era uma bela planície, rodeada de bosques e

monumentos nacionais. Eles corriam, nadavam, saltavam, transportava pesos, arremessavam a lança, lutavam, esgrimiam, jogavam harpastum (espécie de antepassado do futebol), praticavam a equitação. Os romanos de todas as idades praticavam diariamente a educação física no campo de Marte, situado às margens do Tibre. Era uma bela planície, rodeada de bosques e monumentos nacionais. Eles corriam, nadavam, saltavam, transportava pesos, arremessavam a lança, lutavam, esgrimiam, jogavam harpastum (espécie de antepassado do futebol), praticavam a equitação. Nos primeiros tempos não praticavam a ginástica por considerar imoral o nú dos ginastas gregos e não ver nela uma direta preparação para a guerra, também não apreciavam a dança que julgavam um divertimento muito baixo. Os romanos apreciavam grandes espetáculos públicos onde houvesse perigo de vida e corresse sangue. Construíram notáveis anfiteatros (Coliseu) e circos (Máximus). Aí realizavam as lutas de gladiadores, veação, condenação às feras, naumaquias, corridas de carros, os gladiadores eram em geral escravos que lutavam por dinheiro ou pela liberdade (GUTIRREZ, 1972).

2.3 Idade Média

O exercício físico era considerado pecado e passivo de punição pela igreja por motivos de poder e riqueza, somente os nobres praticavam lutas e torneios. Nos feudos, as atividades físicas consistiam na caça, pesca, jogos infantis, danças a jogos populares, lutas e arremessos. A nobreza participava das Justas e dos Torneios e do jogo da "palme", jogo da "palma", antepassado do tênis, ou "pela" além das danças. A Justa consistia numa disputa "amistosa" entre dois cavaleiros que, a cavalo, protegidos por armaduras, munidos de lança e espada, investiam um contra o outro, tentando derrubar e dominar o adversário. No início, não havia muitas regras, e a Justa era quase igual a uma batalha real, havendo, seguidamente, mortes. As justas eram realizadas em campo aberto, ou com um muro, (liça) à altura do peito do cavalo. No decorrer das épocas, a Igreja apoia a cavalaria e assim começa a modificar sua atitude em relação à Educação Física. O jovem nobre desde pequeno vai se preparando física, moral e espiritualmente para se tornar cavaleiro. E então, em plena mocidade, em bela cerimônia cívica e espiritual, recebe as armas de cavaleiro. Até chegar a esse momento, ele passou muitos anos adestrando-se na Luta, natação,

arremessos, levantamento de pesos, boas maneiras, conhecimento de leis, exercício das práticas religiosas etc. (MOREIRA, 2008; GUTIERREZ, 1972).

2.4 História Da Educação Física Escolar Brasileira

2.4.1 Brasil império, de 1822 a 1889

A Educação Física aparece na história da educação brasileira desde o período do Brasil Império e foi o início do desenvolvimento cultural da Educação Física no Brasil, apesar de não ter ocorrido de forma contundente. Pois foi nessa época que surgiram os primeiros tratados sobre a Educação Física. Em 1823, Joaquim Antônio Serpa, elaborou o “Tratado de Educação Física e Moral dos Meninos”. Esse tratado postulava que a educação englobava a saúde do corpo e a cultura do espírito, e considerava que os exercícios físicos deveriam ser divididos em duas categorias: 1) os que exercitavam o corpo; e 2) os que exercitavam a memória (Gutierrez, 1972). Além disso, esse tratado entendia a educação moral como coadjuvante da Educação Física e vice-versa (Gutierrez, 1972).

O Início da Educação Física escolar no Brasil, inicialmente denominada Ginástica, ocorreu oficialmente com a reforma Couto Ferraz, em 1851(Ramos, 1982). No entanto, foi somente em 1882, que Rui Barbosa ao lançar o parecer sobre a “Reforma do Ensino Primário, Secundário e Superior”, denota importância à Ginástica na formação do brasileiro (Ramos, 1982). Nesse parecer, Rui Barbosa relata a situação da Educação Física em países mais adiantados politicamente e defende a Ginástica como elemento indispensável para formação integral da juventude (Ramos, 1982).

O projeto relatado por Rui Barbosa, buscava instituir uma sessão essencial de Ginástica em todas as escolas de ensino normal; estender a obrigatoriedade da Ginástica para ambos os gêneros (masculino e feminino), uma vez que as meninas não tinham obrigatoriedade em fazê-la; inserir a Ginástica nos programas escolares como matéria de estudo e em horas distintas ao recreio e depois da aula; além de buscar a equiparação em categoria e autoridade dos professores de Ginástica em

relação aos professores de outras disciplinas (Darido e Rangel, 2005). No entanto, a implementação da Ginástica nas escolas, inicialmente ocorreu apenas em parte do Rio de Janeiro, capital da República, e nas escolas militares (DARIDO e RANGEL, 2005) (ROCHA, EVERTON, 2012).

2.4.2 1ª República (1889-1930)

Esse período foi marcado pela chegada da Associação Cristã de Moços em 1891 no Rio de Janeiro, tendo o papel de influenciadora e incentivadora da prática esportiva sistematizada no Brasil. Alguns fatos foram importantes nessa época como a criação da Escola de Educação Física da Força Policial do Estado de São Paulo em 1909, a edição de revistas e congressos de educação física e o primeiro curso de formação baseado nos moldes do Centro Militar de Educação Física com o intuito de formar professores para a rede pública com orientação médico-higienista (MARINHO; ACCIOLY, 1956).

No início do século XX o Brasil vivia um caos no que diz respeito ao saneamento básico, higiene pessoal, muitas doenças como gonorreia, tuberculose etc., além de medidas sanitárias, como a vacinação, houve a necessidade de trabalhar e de desenvolver a higiene da população por meio da educação física, com seus instrutores que eram orientados pelos médicos (GOIS JÚNIOR, 2000; SOARES, 2007).

No ano de 1928 veio a Reforma de Ensino Fernando de Azevedo, em que se estabeleceu para todos os níveis e estabelecimentos educacionais, a obrigatoriedade da educação física, em sessões diárias a todos os alunos, reservando-se à mulher, assim como em Rui Barbosa e Veríssimo, atividades ginásticas leves e próprias para sua condição na sociedade (MARINHO; ACCIOLY, 1956; SOARES, 2007) (ESPÍRITO SANTO, DO MARGARIDA, 2022).

2.4.3 2ª República (a partir de 1930)

De acordo com Betti (1991), essa década foi um marco para a educação e para a educação física no Brasil sob a égide do governo centralizador de Getúlio Vargas tiveram duas reformas: a Reforma Campos, nela a educação física ganhou

status de obrigatoriedade no ensino secundário e sua prática na escola passou a ser considerada como requisito indispensável para que o Ministério da Educação e Saúde autorizasse o funcionamento de estabelecimentos de ensino.

Ao fechar o Congresso Nacional no ano de 1937 Vargas estabelece o Estado Novo, outra constituição se torna vigente no Brasil, a qual faz referências sobre a Educação Física, que teria que seguir uma linha rígida, inerente ao regime militar, de manutenção da disciplina e da ordem, proporcionando uma educação moralizadora e contida do corpo (CASTELLANI FILHO, 2002). Todo o desenvolvimento da disciplina era estabelecido pelo governo, via portaria ministerial (MARINHO; ACCIOLY, 1956).

No ano de 1942, foi instituída a Reforma Capanema. Em seu capítulo quarto denominado Da Educação Física, em seu artigo 19 determina que “a educação física constituirá, nos estabelecimentos de ensino secundário, uma prática educativa obrigatória para todos os alunos, até a idade de vinte e um anos” (BRASIL, CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1942). O objetivo principal dessa reforma foi o de recrutar e preparar jovens para a segunda guerra mundial.

Com a destituição de Vargas houve mudança de regime e mudanças na educação física. Sob o governo transitório de José Linhares a educação física sofreu isolamento na Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e a diminuição do tempo e das frequências semanais das aulas (BETTI, 1991). No governo JK ocorreu mais uma reorganização da educação física no ensino secundário regulamentada pela portaria do Ministério da Educação e Saúde no 17 de abril de 1956, na qual sua prática deveria ocorrer em centros especializados e retornando para o tempo de 50 minutos por sessão e com frequência de três vezes semanais para os alunos matriculados nos Centros de Educação Física. A partir dessa portaria foi determinada a dispensa das atividades escolares aos alunos que participassem de eventos esportivos e demonstrações de Educação Física (ESPÍRITO SANTO, DO MARGARIDA, 2022).

2.4.4 Regime Militar

O Brasil, seguindo uma tendência mundial, sofreu novamente radicais transformações sociais, culturais, econômicas e, principalmente, políticas. Essas transformações culminaram no golpe de estado de 1964 que, consequentemente,

conduziu o país à instauração do governo pelo regime militar, que perduraria até 1985. Durante esse período, a Educação Física e o ensino como um todo foi focada a atender os interesses dos militares e de seu governo. A sociedade brasileira vivia em um contraste de interesses pessoais, reflexos da Guerra Fria, surgida após o final da Segunda Guerra Mundial e que dividiu o mundo pelo prisma dos sistemas político-econômicos, colocando em evidenciar dois lados antagônicos – os norte-americanos e os capitalistas, e os soviéticos e os socialistas – que se digladiavam para impor sua hegemonia e conquistar a supremacia mundial (BETTI, 1991; CASTELLANI FILHO, 1994).

No período da ditadura militar brasileira, a Educação Física pelo mundo sofria forte influência dos padrões europeus, que naquela época se focavam nos sistemas desportivos como base da cultura corporal (SOARES et. al, 1992). Essa influência transcendeu também para o contexto escolar, fazendo com que as práticas pedagógicas para a Educação Física ficassem voltadas exclusivamente aos conteúdos esportivos. Como consequência desse processo, a metodologia utilizada pelos profissionais no desenvolvimento de seu trabalho passou a restringir-se ao uso da pedagogia tecnicista, que com o passar dos anos, em uma crescente, predominou na Educação Física escolar, tentando reproduzir nas escolas um cenário em menor escala dos esportes de alto rendimento, buscando obter futuros atletas de sucesso.

O esporte era, para muitos países, uma forma de exaltar o nacionalismo e sendo fenômeno cultural atingia a sociedade como um todo ajudando a unificar o povo. Segundo Castellani Filho (1994) o esporte, no Brasil, além de exaltar o nacionalismo também exercia um papel de distração das perturbações sociais, tanto para o próprio povo brasileiro quanto para o restante do mundo pois, para o governo, naquele momento era de vital importância encenar uma estabilidade, que estava longe de existir no país.

Os anos 70, de acordo com Soares et. al (1992), foram o auge para a Educação Física nesse formato tecno-desportiva. Advindo disso, nessa época, a expansão e massificação dos cursos superiores de formação de professores para o trabalho com a Educação Física no ambiente escolar é evidente. Porém, assim como a Educação Física escolar estava destituída de seu real sentido educacional, também os cursos superiores de formação estavam afetados pelos interesses governamentais, levando a Educação Física, anos mais tarde a uma “crise existencial”. Como diz Betti (1991,

p.115) “a formação inadequada dos recursos humanos foi um dos fatores mais importantes que levaram a uma crise profunda da Educação Física escolar ao final do período”.

Diante a todos os meandros desse período podemos tecer diversas conclusões, entretanto, é necessário comentar que foi nesse ponto da história que a Educação Física se difundiu no Brasil e foi verdadeiramente popularizada, deixando de ser dirigida somente à grupos determinados (METZNER E ANDERSON, WALLACE, 2011).

3. DELINEAMENTO METODOLÓGICO

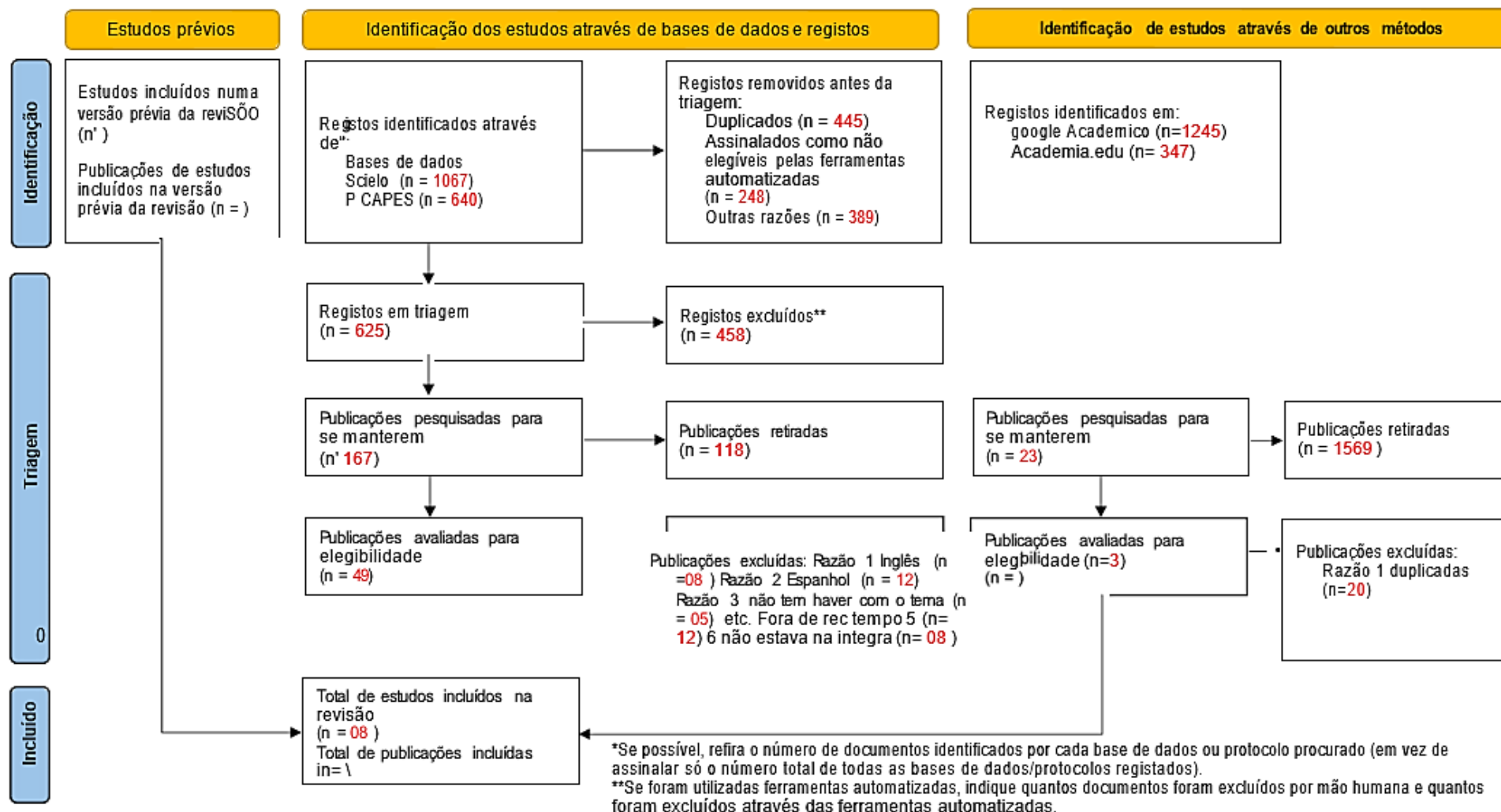
O presente estudo foi elaborado através de revisão bibliográfica que é uma revisão crítica da literatura, conhecida também como revisão opinativa (a análise se concentra nas evidências existentes sobre um assunto) ou estudo de revisão passiva (é realizada uma sintetização de estudos sobre um tema) é o estudo no qual uma revisão analisa e sintetiza as informações disponibilizadas na literatura através de uma avaliação crítica e discussão aprofundada sobre um tema determinado. (MARISA COTTA; 2006).

Para conhecer a produção do conhecimento acerca da (temática das Práticas Esportivas Norteadas nas Aulas de Educação Física) foi realizado um levantamento bibliográfico nas bases de dados eletrônicas (SciELO, Google Acadêmico, Periodicos CAPES, Academia.edu). Como descritores para tal busca, foram utilizados os seguintes descritores: “Práticas Esportivas”, “Educação Física Escolar”, e os operadores booleanos para interligação entre eles foram: AND, OR e NOT. Os critérios de inclusão do uso dos artigos foram: 1) estudos publicados dentro do recorte temporal de 1996 a 2024 e estudos com conteúdo dentro da temática estabelecida; 2) artigos na Língua Portuguesa e inglesa, 3) artigos originais. Os critérios de exclusão do uso dos artigos foram: 1) estudos indisponíveis na íntegra; 2) estudos com erros metodológicos; 3) estudos repetidos.

Abaixo apresento, através da figura 1, o caminhar metodológico da pesquisa conforme o fluxograma Prisma com relação as bases de dados que foram acessadas para a catalogação dos artigos utilizados.

Figura 1 Fluxograma de busca dos trabalhos

PRISMA 2020 Fluxograma para novas revisões sistemáticas que incluam buscas em bases de dados, protocolos e outras fontes.



4. RESULTADOS

Para organizar de uma maneira compreensiva segue a construção de uma tabela síntese informativa com o levantamento de artigos dando relevância e significados importantes para esse estudo.

Quadro 1: Resultados encontrados nos levantamentos bibliográficos

AUTORIA/ANO	TÍTULO	DELIMITAÇÃO DO ESTUDO
Silva; Fraga (2014)	A história da Educação Física na educação profissional: entrada, saída e retorno à Escola Federal de Porto Alegre	No estudo realizado por eles abordam a história da disciplina Educação Física na grade curricular da escola profissionalizante mais antiga de Porto Alegre/RS. A metodologia foi construída a partir da análise de documentos relativos ao ensino ministrado na Instituição entre os anos de 1966 e 2012.
Resende (2009)	Educação física no instituto federal Do Espírito Santo - campus Itapina: percalços e possibilidades ao longo dos anos	O autor realizou a análise e avaliação do processo de desenvolvimento da Educação física no Instituto Federal do Espírito Santo - Campus Itapina. Para isso, foram conduzidas entrevistas semiestruturadas e analisados documentos como leis, regulamentos, normas, pareceres, ofícios, atas, boletins esportivos, registros escolares e fotografias da instituição, destacando aspectos importantes ao longo do tempo.
Silva (2014)	A Educação física no currículo de Escolas Profissionalizantes da Rede Federal: uma disciplina em	Buscou entender a adaptação da Educação Física aos currículos das escolas profissionalizantes da Rede Federal, destacando o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul: Campi Bento Gonçalves,

	processo de “mutação”	Porto Alegre, Rio Grande e Sertão. Por meio de uma pesquisa documental, o autor reconstrói a evolução da Educação Física nessas instituições no período de 1960 a 2014.
Gomes (2010)	Análise histórica da educação física do IFPB: do surgimento na escola industrial de João Pessoa (1945) a influência dos esportes na década de 70	Realizou uma análise histórica da Educação física no Instituto Federal da Paraíba durante o período de 1945 até a década de 70 (1970). O marco metodológico baseou-se num levantamento documental no banco de dados do IFPB, juntamente com entrevistas semiestruturadas.
Venturini (2013)	Educação profissional e currículo em educação física: memórias de uma instituição centenária	Foi retratado as memórias dos professores de Educação física da centenária escola profissionalizante da Bahia, seus projetos pedagógicos e currículos educacionais da área. A história da educação física é contada enquanto componente curricular em 5 momentos históricos de mudança institucional entre 1906 e 2008.
Cunha (2012)	O percurso da educação física no Instituto Federal de Santa Catarina - Campus São José	O estudo conta a história da educação física no Instituto Federal de Santa Catarina, durante o período de 1991 a 2012, através do percurso metodológico de caráter documental.
Almeida (2011)	Caminhos trilhados pela educação física no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, Campus	Com o objetivo de compreender e identificar o caminho que a educação física percorreu entre 1909 e 2002 no Instituto Federal de Educação de Mato Grosso, núcleo de Ciência e Instituto de Tecnologia - Campus Cuiabá - Octaide Jorge

	Cuiabá – Octayde Jorge da Silva	da Silva. O estudo foi desenvolvido com base em documentos oficiais dos arquivos permanentes e fotográficos além de narrativas de professores e ex-alunos do IFMT.
Souza Filho (2011)	Educação Física, Capoeira e Educação Física Escolar: possíveis relações	Realizou a análise do contexto histórico da educação física no âmbito do Instituto Federal do Rio Grande do Norte além das perspectivas atuais e o processo de transformação institucional. O percurso metodológico abrangeu aborda o período de 1960 a 2011, utilizando documentos e entrevistas como instrumentos de coleta das informações.

No estudo realizado por Silva e Fraga (2014) ressaltam que foi na década de 70, durante o regime de governo militar, instaurado em 1964, que a primeira ação educacional foi realizada, juntamente com a criação da LDB – Lei de Diretrizes e Bases – (Lei n. 5.692/1971), a partir da profissionalização compulsória dos currículos de segundo grau das Escolas Propedêuticas e Profissionalizantes do país, conduzindo o aluno à conclusão de uma habilitação profissional técnica ou, ao menos, de auxiliar técnico.

Diante deste contexto favorável, muitas Escolas Profissionalizantes aderiram à Rede Federal de Educação Profissional, e outras tantas foram criadas nesse período histórico. Com relação a disciplina de Educação física, Silva e Fraga (2014) aprontam em seu estudo que a LBD/71 reafirmava a obrigatoriedade de sua “prática” em todas as instituições escolares independentemente do nível de ensino, considerando-a indispensável para a formação integral das crianças e dos jovens brasileiros.

A valorização da Educação física escolar enquanto disciplina veio neste mesmo ano, através da publicação de um importantíssimo decreto, nº69.450/71. Com esse decreto, o governo militar não somente assegurou a presença da EF nas escolas, como também regulamentou sua prática nos diferentes níveis de ensino, ficando evidente a importância dessa disciplina para a promoção da saúde e da aptidão física

através da prática, principalmente, de atividades esportivas e recreativas (SILVA; FRAGA, 2014).

O estudo de Resende (2009) identificou que a Educação Física passou por várias reformas políticas e educacionais, em função das modificações e ajustes nas legislações pertinentes, as quais determinaram a sua existência na organização curricular.

O autor citado acima, alega ainda que a implantação da Educação Física nas sociedades contemporâneas não foi tarefa tranquila, apresentando variações de acordo com cada realidade, contradições e respectivos regimes políticos e culturais.

Ainda segundo Resende (2009), sua inclusão como disciplina nas escolas no Brasil ocorreu em 1851, com a Reforma Couto Ferraz, tendo como conteúdo específico o Método de Ginástica Alemão. Três anos após a aprovação da reforma do primário e do secundário, em 1854, a ginástica passou a ser uma disciplina obrigatória no primário, e a dança, no secundário.

A partir de 1930, a ginástica passa a ser usada como meio para a política Getulista, que pretendia um homem forte para a produção da indústria brasileira. Em 1950, a Educação Física está embasada no modelo desportiva e generalizada, método esportivista, tecnicista, um modelo piramidal (RESENDE, 2009).

Após esse período, o estudo de Resende (2009) apresenta a primeira LDB 4024/61, onde a prática da Educação Física era obrigatória nos cursos primário e médio, até a idade de 18 anos. Corroborando com Silva e Fraga (2014), Resende (2009) identifica que a LDB 5692/71, criada durante o regime militar, aponta a obrigatoriedade da Educação Física nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus. Na década de 80, a Educação Física cumpre um papel definido pelo sistema político implantado pela ditadura militar, acabou por negligenciar a reflexão sobre sua necessidade no contexto de uma pedagogia crítica e ficou ameaçada de simples supressão, precisando de uma reação. Esse pode ter sido um dos motivos que levaram a Educação Física a continuar a ser definida na LDB nº 9394/96 como componente obrigatório, ficando em dúvida a sua verdadeira importância educacional.

A Lei 9394/96, muda a nomenclatura do nível de ensino oferecido pela escola, passando de 2º grau para nível médio da Educação Básica. A Educação Física então passa a fazer parte, dentro da organização curricular, da Educação Básica, na área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, na parte nacional comum e cuja diretriz

“têm como referência a perspectiva de criar uma escola média com identidade, que atenda às expectativas de formação escolar dos alunos para o mundo contemporâneo (RESENDE, 2009).

Após a pesquisa, embora com todos os problemas e limites históricos, sociais e pedagógicos, a disciplina Educação Física, para Resende (2009), é importante e essencial, por oportunizar ao aluno uma formação integral e por tratar da cultura corporal em sentido amplo, permitindo desenvolverem o senso crítico que lhes possibilitem produzir, reproduzir e transformar a sociedade e a cultura.

Os estudos analisados referem-se ao período da reforma militar e apontam que a educação física estava presente no currículo como atividade influenciada pelo método ginástico, tendo como conteúdo o exercício físico e o início de práticas esportivas.

Silva (2014) aponta que foi a partir das décadas de 60 e 70 que a prática de ginástica como conteúdo das aulas veio sendo gradativamente substituída pelo esporte de competição como modelo hegemônico de aulas para legitimar a educação física como prática na educação profissional, tendo como foco os eventos esportivos Escolares.

Para o autor citado acima, o surgimento da educação física escolar ocorreu em uma sociedade onde a República era o governo instituído, o capitalismo era o modo de produção e distribuição de bens (divisão do trabalho e trabalho assalariado), legitimando a ciência como forma de conhecer a realidade, e idealizou a formação dos sujeitos através de uma educação escolarizada como alternativa de resolver os problemas sociais e desenvolver o país.

Diante desse contexto, a Educação física aparece pela primeira vez na realidade das escolas brasileiras através da escola Propedêutica. Na época, o currículo dessas escolas era influenciado por tradições racionalista ocidental europeia de origem Cartesiana. A entrada da educação física na perspectiva de educação corporal nas escolas Propedêuticas foi fortemente influenciada pela cultura médico-higienista e militar (SILVA, 2014).

Silva (2014) afirma ainda que, em meados do século XX, as aulas de educação física deixaram de ser caracterizadas pela prática regular de exercícios físicos apoiados por métodos ginásticos e foram gradativamente substituídos por aulas caracterizadas pela prática apoiadas em modalidades esportivas.

No estudo realizado por Gomes (2010) também é apontado que a compreensão e abrangência médico-higienista vai perdendo espaço para a noção e compreensão de “treino desportivo e para os jogos esportivos, que, gradativamente, vão-se tornando, senão conteúdo único, certamente predominante” nas aulas de educação física.

Assim como Resende (2009) e Silva e Fraga (2014), Gomes (2010), através de sua pesquisa, aponta a forte influência do regime militar na política educacional da Educação física, tida historicamente como uma disciplina inferiorizada na escola, ganha, repentina e autoritariamente, um status de que, até então, não se tinha notícia. A Educação Física torna-se obrigatória nos três níveis de ensino.

O estudo de Venturini (2013) evidencia, a partir das falas dos entrevistados, imagens de currículos e organogramas, indícios do esporte nas aulas de educação física integradas ao ensino e formação de trabalhadores. Este movimento se confirmou com a chegada dos militares ao poder, juntamente com o investimento no esporte como elemento de educação, disciplinamento e ordem social.

Ele indica ainda que o desempenho esportivo continuou sendo um fator legitimador da educação física nas escolas profissionalizantes, reafirmando o que Silva (2014) apresentou em seu estudo, onde os eventos esportivos davam sentido e legitimavam a existência da educação física no currículo escolar (VENTURINI, 2013).

Identificamos nos estudos analisados que, o Decreto de nº 69.450/71 determinava também diretrizes para a prática da Educação Física na escola, sugerindo conteúdos, metodologias, forma de planejamento e avaliação. Assim, era colocado como pressuposto básico, para o ensino da Educação Física, o desenvolvimento da aptidão física, que constitui, conforme o mesmo Decreto, “a referência fundamental para orientar o planejamento, controle e avaliação da Educação Física, desportiva e recreativa, no nível dos estabelecimentos de ensino” (GOMES, 2010).

É possível identificar no estudo de Cunha (2012) o movimento renovador de superação do pensamento e da prática hegemônica nas aulas de educação física, até então relegada à influência do sistema esportivo e do desenvolvimento da aptidão física, buscando a construção de uma autonomia pedagógica para o componente curricular. Esse movimento é citado como influenciador de um reposicionamento das aulas de educação física que tinham suas práticas pedagógicas orientadas pela teoria

marxista, alterando o modelo de sociedade e os esportes hegemônicos, pensando na educação física a partir da prática e da reflexão sobre a própria prática.

Além disso, Cunha (2012) relata as alterações no marco legal decorrentes da LDB/96 que incidiram na reorganização dos currículos dos cursos de ensino técnico integrado, focando a pesquisa nas mudanças percebidas nos documentos curriculares atribuídas a disciplina de Educação física, durante o processo de democratização da sociedade brasileira pós-ditadura militar.

Cunha (2012) identificou ainda as alterações no marco legal decorrentes da LDB/1996 que incidiram na reorganização dos currículos dos cursos de ensino técnico integrado, com destaque para os Decretos Federais 2.208/1997 e 5.154/2004. Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 trouxe mudanças substanciais para a educação nacional e, no que interessa diretamente a este trabalho, tornou a Educação Física componente curricular obrigatório na base nacional comum.

Silva (2014) e Barros (2010) abordam em seus estudos a condição de componente curricular obrigatório da educação física nos currículos dos cursos Técnicos na modalidade Integrado. Porém, essa integração foi historicamente construída com muita dificuldade pelas instituições de ensino e professores que buscam a consolidação de um novo modelo formativo, visando romper com a fragmentação e dualidade tradicionalmente constituídas na formação educacional básica brasileira.

A ano de 2007 é o período descrito por Resende (2009) como a recomposição da educação física, um processo de valorização do componente curricular, principalmente no âmbito financeiro, com investimentos necessários realizados no período.

4.1 Discussões

A trajetória histórica da formação no campo da educação física mostra que as normas legais marcaram, e ainda marcam, a sua constituição enquanto profissão. No Brasil, o processo inicial de desenvolvimento da educação física esteve vinculado à ordem militar. Assim, os primeiros cursos de formação eram voltados prioritariamente para esse grupo específico (METZNER; DRIGO, 2021).

Durante a ditadura militar houve entre diversos setores educacionais, como as secretarias estaduais de educação e de esportes e as associações de professores de Educação Física, uma discussão que se estendeu até o fim do período, que tinha como objetivo incorporar de forma efetiva a prática da Educação Física no processo da educação geral e integral devido ao valor do esporte como fenômeno social (ARAÚJO; FURTADO, 2019).

Ramos (1982) alega que a Educação Física escolar no Brasil, inicialmente denominada Ginástica, ocorreu oficialmente com a reforma Couto Ferraz, em 1851. No entanto, foi somente em 1882, que Rui Barbosa ao lançar o parecer sobre a “Reforma do Ensino Primário, Secundário e Superior”, denota importância à Ginástica na formação do brasileiro. Nesse parecer, Rui Barbosa relata a situação da Educação Física em países mais adiantados politicamente e defende a Ginástica como elemento indispensável para formação integral da juventude.

Nos anos finais do Império e início da Primeira República (1889 – 1930) a Educação Física escolar no país apresentava uma perspectiva higienista de educação, com concepções hegemônicas do culto a alma e ao corpo, advindas do Militarismo. Em 1933, a Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx), instituída pelo Decreto nº 23.232, no Rio de Janeiro, formou militares e civis para lecionarem ginástica nas escolas (Ghiraldelli, 1998).

Alguns anos mais tarde, de acordo com Castellani Filho (1998), a Educação Física também estava contemplada na primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, em seu artigo 22 que torna obrigatória a prática da Educação Física nos cursos primários e médio até a idade de 18 anos.

Ainda segundo o autor acima citado, aqui a obrigatoriedade da sua prática até os 18 anos se justificava pela compreensão de que era essa a idade na qual se dava o término do processo de instrução escolar e o ingresso no mercado de trabalho, cabendo a este último os cuidados com a manutenção da capacitação física do não mais educando, e sim, trabalhador. E para ele a mesma compreensão se dava à menção, na época, ao limite de idade de 21 anos da legislação anterior (CASTELLANI FILHO, 1998).

No ano de 1988, foi apresentada à Câmara dos Deputados pelo então deputado Octávio Elísio a primeira versão do Projeto de Lei nº 1.258 para a nova Lei

de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que viria a substituir a Lei nº 4.024/61. Assim, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, trouxe referente à Educação Física a seguinte redação estampada no parágrafo 3º do seu artigo 26:

Art. 26 – [...] § 3º – A Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos.

Em 2001 a Lei nº 10.328, de 12 de dezembro, através do Projeto de Lei nº 2.758 de 1997, do então deputado Pedro Wilson, alterou o parágrafo 3º do artigo 26 da LDB apenas fazendo incluir o termo “obrigatório” no texto original de 1996, diminuindo a possibilidade de qualquer interpretação de que a Educação Física poderia não ser um componente curricular obrigatório da educação básica (MONTEIRO, 2014).

Diversas modificações foram feitas na regulamentação do currículo pleno escolar, da Educação Física conforme o artigo 7º da LDB/71 - Lei nº 5.692 de 11/08/1971. Contudo, incoerentemente, o Decreto Nº 69.450 de 01/11/1971, “regulamentou o artigo 22 da Lei número 4.024, de 20/12/1961, e alínea c do artigo 40 da Lei 5.540, de 28/11/ 1968 e deu outras providências”. Assim, no CAPÍTULO II, da Compensação e Controle do Art. 6º, foi estabelecido que em qualquer nível de todos os sistemas de ensino é facultativa a participação nas atividades físicas programadas aos alunos do curso noturno que comprovassem com carteira funcional ou profissional, ter trabalho remunerado com jornada de seis ou mais horas, aos que possuíssem mais de 30 anos, aos que estivessem prestando exército, aos amparados pelo Decreto-lei nº 1.044, de 21/10/1969, mediante laudo do médico assistente do estabelecimento (BRASIL, 1971).

A Resolução 4 do CNE, de 13 de julho de 2010, que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (BRASIL, 2010), indicou no Art. 14 a necessidade de constituição de uma base nacional comum para a Educação Básica por meio de conhecimentos, saberes e valores produzidos culturalmente.

O Plano Nacional de Educação (2014-2024), Lei nº 13.005, definiu como Metas 2.2 e 3.3 a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem para configuração da BNCC para o Ensino Fundamental e Médio. A Meta número 7 do PNE, busca fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades e,

aponta no item número 7.1 a necessidade do estabelecimento e implantação, mediante pacto interfederativo, de diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos, objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos, para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitando-se a diversidade regional, estadual e local (BRASIL, 2014).

No ano de 2015, a Portaria nº 592, de 17 de junho de 2015 do Diário Oficial da União, instituiu uma comissão de especialistas para a elaboração de uma proposta da base nacional comum curricular (BRASIL, 2015).

Para a Educação Física, houve a confirmação de uma abordagem culturalista das práticas corporais, que agora são organizadas por ciclos no Ensino Fundamental, possuem habilidades que devem ser garantidas como ponto de chegada a todos os alunos do país, por meio de oito dimensões de conhecimento (IMPOLCETTO; MOREIRA, 2023).

Atualmente a educação física segue em processo de permanente transição, o PL 3467/2019, incluiu na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), como etapa final da Educação Básica, nos termos do artigo 35 da LDB, completando o conjunto constituído pela BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, com base na Resolução CNE/CP nº 2/2017, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 15/2017.

A BNCC defende que as Educações Básicas e Infantis devem ser pautadas em experiências significativas e investigativas, valorizando a diversidade e garantindo o respeito às singularidades, e é fundamental que os profissionais de Educação Física estejam atentos e sensíveis às necessidades e interesses, promovendo interações significativas e favorecendo o desenvolvimento de cada criança. Ao garantir o direito de brincar e de se desenvolver de forma plena, a Educação Infantil contribui para a formação de indivíduos autônomos, críticos, capazes de enfrentar os desafios e as transformações da sociedade contemporânea. Portanto, é importante que as práticas pedagógicas na Educação Infantil estejam alinhadas com as seis diretrizes de aprendizagem: conviver, brincar, participar, explorar, expressar, conhecer-se, visando sempre o desenvolvimento integral e a promoção do bem-estar das crianças (BRASIL; BNCC, p. 25, 38).

A transição do Ensino Infantil para os Anos Iniciais e os Anos Finais do Ensino Fundamental é uma fase crucial na vida escolar dos alunos, pois implica não apenas

em mudanças físicas, cognitivas, afetivos, emocionais, mas também em novas exigências acadêmicas e sociais. Nesse sentido, a elaboração de currículos que considerem essas mudanças é fundamental para garantir uma transição mais suave e eficaz para os estudantes. É preciso considerar que, durante os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, as crianças estão em um momento de desenvolvimento cognitivo, social e emocional. Por isso, é essencial que as atividades propostas sejam desafiadoras, estimulantes e significativas, estimulando a curiosidade, a criatividade e a autonomia dos alunos. Nos anos Finais do Ensino Fundamental, é importante que os profissionais de Educação Física promovam atividades que estimulem a reflexão, a investigação e o debate entre os alunos, de forma a desenvolver o pensamento crítico e a capacidade de argumentação e o uso de metodologias ativas e práticas interdisciplinares também é fundamental para proporcionar experiências significativas de aprendizagem (BRASIL; BNCC,p. 57, 60, 224, 231). No contexto do Ensino Médio:

Art. 35-A. A Base Nacional Comum Curricular definirá direitos e objetivos de aprendizagem do ensino médio, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação, nas seguintes áreas do conhecimento: (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017):

§ 2º A Base Nacional Comum Curricular referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia. (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017).

A BNCC no Ensino Médio, traz perspectivas da área de Linguagens e suas Tecnologias, onde buscam promover a formação de cidadãos críticos, conscientes de seu papel na sociedade e capazes de se comunicar de forma eficaz e responsável em diferentes contextos no ambiente escolar. É por meio do desenvolvimento de habilidades e competências na Educação Física Escolar que os estudantes podem se tornar agentes de transformação e protagonistas em suas próprias vidas (BNCC,P. 471).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos inferir que a pesquisa buscou apresentar um contexto histórico da inserção da prática esportiva nas aulas de educação física, durante essa construção, diversos períodos históricos foram discutidos onde se demonstrou a união da educação física.

A educação física iniciou-se na escola como prática de ginástica e movimentos ginásticos. Ela se desenvolveu através das instituições médica, militar e esportiva, sendo historicamente subordinada aos interesses destas instituições, desconsiderando a prática regular das atividades físicas. Após a influência política e discussões no âmbito educacional, surgiu as mudanças na educação física de acordo com as diretrizes dos diferentes governos e poderes.

Assim, as práticas esportivas nas aulas de educação física têm um papel significativo, sendo entendido como um fenômeno histórico ligado as relações socioculturais do ser humano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, L. F. et al. **O idoso nas instituições gerontológicas**: uma perspectiva das representações sociais. *Psicologia & Sociedade*; v. 18, n.2, p. 89-98,2006.

ARAUJO, SF; FURTADO, AC. **Educação Física brasileira no governo militar nas décadas de 1960 e 1970**. *Rev. Motriviv.*, Florianópolis, v. 31, n. 60, e59693, out. 2019 . Disponível em:
http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-80422019000400025&lng=pt&nrm=iso.

BENEDETTI, T. B. et al. **Exercícios físicos, autoestima e autoimagem em idosos asilados**. *Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano*,v.5, n.2, p. 69-74, 2003.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942**. *Diário Oficial da União*, 6-11-2003, p. 59837-9. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional: Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm.

BRASIL. **Art. 1 da Lei de Diretrizes e Base de 1971 - Lei 5692/71**. Fixa Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º Graus, e dá outras Providências. Disponível em:
<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/12124383/artigo-1-da-lei-n5692-de-11-de-agosto-de-1971>.

BRASIL. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. – 7. ed. – Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2023. Conteúdo: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei no 9.394/1996 – Lei no 4.024/1961.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010**; Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf.

BRASIL. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 de jun. 2014.

BRASIL. **Portaria nº 592, de 17 de junho de 2015**. Ministério da Educação / Diário Oficial da União, 18 de junho de 2015. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=21361-port-592-bnc-21-set-2015-pdf&Itemid=30192.

CASTELLANI FILHO, L. **Política educacional e educação física**. Campinas: Autores Associados, 1998.

CASTIGLIONI, A. H. **Revolução Grisalha**. Revista eletrônica da associação dos geógrafos brasileiros, 2006. Disponível em: http://www.agbniteroi.org.br/Revista4/rfg4_texto3.htm>. Acesso em: 17 de setembro de 2010.

CASPERSEN, C. J.; MATHHEW, M. Z. **Physical activity, exercise, and physical fitness: definitions and distinction for health- relates research**. Public Health Reports, v. 100, n.2, p.172-179, 1985.

CHEIK, N. C. et al. **Efeitos do exercício físico e da atividade física na depressão e ansiedade em indivíduos idosos**. Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano, v. 11, n. 3, p. 45-52, 2003.

IMPOLCETTO, FM; MOREIRA, EC. **A educação física escolar na BNCC: avanços e desafios**. Corpoconsciência, Cuiabá-MT, v. 27, e15228, p. 1-14, 2023 | ISSN 2178-5945 DOI: <https://doi.org/10.51283/rc.27.e15228>.

METZNER, AC; DRIGO, AJ. **A trajetória histórica das leis e diretrizes curriculares nacionais para a área de formação em Educação Física.** Revista Brasileira De História Da Educação. v. 21, 2021

MONTEIRO, F. **A educação física escolar e a LDB.** Faculdade Estácio – SP. São Paulo: Phorte Editora, 2014.